



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 1.230 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

“Regulamenta o procedimento de Prestação de Contas de Projetos Culturais no âmbito da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil.”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

Considerando que a Lei Municipal nº. 1.676/2007, que Institui Sistema Municipal de Cultura e estabelece diretrizes para as Políticas Municipais de Cultura, não dispõe sobre o procedimento de prestação de contas dos projetos culturais;

Considerando a necessidade de padronizar o procedimento de prestação de contas, em observância aos princípios da Transparência, da Legalidade e da Publicidade na gestão dos recursos públicos,

DECRETA:

Capítulo I Das disposições gerais

Art. 1º Os processos de prestação de contas no âmbito da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil devem observar o disposto na Lei Municipal nº 1.676/2007 e os procedimentos estabelecidos neste Decreto.

Capítulo II Das prestações de contas apresentadas

Art. 2º A prestação de contas apresentada pelo proponente dentro do prazo estabelecido no edital, cujas contas estejam regulares, será emitida Certidão de Regularidade.

Art. 3º Quando a prestação de contas apresentada pelo proponente, dentro do prazo estabelecido no edital, for indeferida, este será notificado para, caso queira, apresentar recurso ao Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
GABINETE DA PREFEITA

Art. 4º O recurso interposto pelo proponente será decidido pela autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§ 1º Deferido o recurso, será emitida Certidão de Regularidade e o processo será arquivado.

§ 2º Indeferido o recurso, serão aplicadas as penalidades previstas no art. 53 da Lei Municipal nº. 1.676/2007, e o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para as providências legais.

Art. 5º O recurso apresentado fora do prazo será considerado intempestivo e serão aplicadas as penalidades previstas no art. 53 da Lei Municipal nº. 1.676/2007, e dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a Fundação Garibaldi Brasil encaminhará o processo à Procuradoria Geral do Município para as providências legais.

Art. 6º O proponente será notificado da decisão do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, pela Fundação Garibaldi Brasil.

Capítulo III

Das prestações de contas não apresentadas

Art. 7º Decorrido o prazo estabelecido no edital para a apresentação da prestação de contas, sem que o proponente a tenha apresentado, serão-lhe aplicadas as penalidades previstas no art. 53 da Lei Municipal nº. 1.676/2007.

§ 1º No prazo de 03 (três) dias úteis a Fundação Garibaldi Brasil notificará o proponente da aplicação das penalidades, oportunidade em que lhe será concedido o prazo de 10 (dias) úteis, contados do recebimento da notificação, para a referida apresentação da Prestação de Contas.

§ 2º Apresentada a prestação de contas, serão adotados os procedimentos previstos neste Decreto.

§ 3º Não apresentada a prestação de contas, a Fundação Garibaldi Brasil encaminhará o processo imediatamente à Procuradoria Geral do Município para providências legais.

Capítulo IV

Das notificações

Art. 8º Para efeito deste Decreto, serão consideradas válidas as notificações promovidas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
GABINETE DA PREFEITA

- I – por escrito, com aviso de recebimento;
- II- por e-mail, com cópia juntada aos autos;
- III - por telefone ou WhatsApp, com certificação nos autos;
- IV – por Diário Oficial do Estado.

§ 1º Serão consideradas igualmente válidas as notificações que contenham as informações prestadas, pelo notificado ou por seu representante constituído, no documento de inscrição do projeto.

§ 2º A notificação via Diário Oficial do Estado só será realizada caso o proponente não seja localizado após 03 (três) tentativas.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco – Acre, 13 de dezembro de 2018, 130º da República, 116º do Tratado de Petrópolis, 57º do Estado do Acre e 135º do Município de Rio Branco.

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Publicado no D.O.E nº 12.451 de 14/12/18 - Pág.69